



# RCPG – Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público



POVOS DA  
**PESCA**  
ARTESANAL

## Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Pesca e Aquicultura (União)



1º TRIMESTRE / 2026



**MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA**  
RIVETLA EDIPO ARAUJO CRUZ

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
LÁZARO MEDEIROS VIANA DA COSTA

**SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO**  
MARCELA ASFORA LIRA

**COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**  
FRANCISCO JOSÉ LEITE NETO

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE E CONFORMIDADE ANALÍTICA E FINANCEIRA**  
JOSÉ MARIA MAGALHÃES DIAS

Coordenação-Geral de Gestão Institucional  
Coordenação de Comunicação Social ([imprensa@mpa.gov.br](mailto:imprensa@mpa.gov.br))

*As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis do MPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).*

*\* Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*



## RESOLUÇÃO/CCAF/MPA Nº 01, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Aprova o Relatório Contábil de Propósito da Entidade do Setor Público – 1º Trimestre de 2026 – Notas Explicativas do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

A Coordenação de Contabilidade e Conformidade Analítica e Financeira - CCAF, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFIC, da Subsecretaria de Gestão e Administração - SGA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, de acordo com o Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, vigente a partir de 30 de dezembro de 2024, que alterou o Art. 12-A, inciso I-C, do Decreto nº 11.624, de 01 de agosto de 2023, o qual dispôs que compete à Subsecretaria de Gestão e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura, planejar, coordenar, orientar e monitorar as atividades relativas ao Sistema de Contabilidade Federal, resolve:

Art. 1º **APROVAR** o texto final do **Relatório Contábil** contendo as **Notas Explicativas do 1º Trimestre de 2026 do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA**, constante dos autos do processo 21000.032090/2023-72.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Gestão e Administração – SGA do MPA, para conhecimento e autorização, para as providências de publicação no sítio do MPA em atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU.



Documento assinado digitalmente  
**JOSE MARIA MAGALHAES DIAS**  
Data: 30/04/2026 10:50:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### **JOSÉ MARIA MAGALHÃES DIAS**

Coordenador de Contabilidade  
CCAF/CGOFIC/SGA/SE/MPA



Documento assinado digitalmente  
**FRANCISCO JOSE LEITE NETO**  
Data: 30/04/2026 12:04:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### **FRANCISCO JOSÉ LEITE NETO**

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade  
CGOFIC/SGA/SE/MPA



Documento assinado digitalmente  
**MARCELA ASFORA LIRA**  
Data: 30/04/2026 14:22:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### **MARCELA ASFORA LIRA**

Subsecretária de Gestão e Administração  
SGA/SE/MPA



1) Lista de Siglas.....	5
2) Contexto Operacional.....	6
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA e utilizados pelo MPA.....	7
4) Demonstrações Contábeis do Ministério da Pesca e Aquicultura – 1º Trimestre/2026 .....	8
4.1 Balanço Patrimonial (BP) – OFSS – Ministério da Pesca e Aquicultura .....	8
4.2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – Ministério da Pesca e Aquicultura .....	11
4.3) Balanço Orçamentário (BO) – Ministério da Pesca e Aquicultura .....	12
4.4) Balanço Financeiro (BF) – Ministério da Pesca e Aquicultura.....	14
4.5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – Ministério da Pesca e Aquicultura .....	15
4.6) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) – Ministério da Pesca e Aquicultura .....	16
5) NOTAS EXPLICATIVAS (partes integrantes das Demonstrações Contábeis do MPA) .....	17
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis .....	17
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....	17
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis.....	20
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa .....	21
5.5) Partes Relacionadas (MPA) .....	21
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis em 31/03/2026 .....	41
6.1) Notas ao Balanço Patrimonial .....	41
A – Ativo Circulante .....	41
B – Ativo Não Circulante .....	42
C – Passivo Circulante .....	42
D – Passivo Não Circulante .....	43
E – Patrimônio Líquido .....	43
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar .....	44
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais .....	44
Nota nº 003 – Provisões .....	45
Nota nº 004 – Imobilizado .....	45
Nota nº 005 – Intangível.....	48
Nota nº 006 – Investimentos.....	48
6.2) Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP .....	49
6.3) Notas ao Balanço Orçamentário.....	52
6.4) Notas ao Balanço Financeiro .....	55
6.5) Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	56
6.5) Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	57
7) Referências .....	59
7.1) Bibliográficas .....	59



## 1) Lista de Siglas

<b>AGU</b>	Advocacia-Geral da União	<b>NL</b>	Nota de Lançamento
<b>BB</b>	Banco do Brasil	<b>NS</b>	Nota de Sistema
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil	<b>OB</b>	Ordem Bancária
<b>BGP</b>	Boletim de Gestão de Pessoas	<b>OGU</b>	Orçamento Geral da União
<b>BGU</b>	Balanço Geral da União	<b>PCASP</b>	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Social	<b>PF</b>	Programação Financeira
<b>BO</b>	Balanço Orçamentário	<b>PGFN</b>	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
<b>BP</b>	Balanço Patrimonial	<b>RCPG</b>	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
<b>CCAF</b>	Coordenação de Contabilidade e Conformidade Analítica Financeira	<b>REDESIM</b>	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
<b>CCONF</b>	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	<b>RFB</b>	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
<b>CCONT</b>	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN	<b>RGPS</b>	Regime Geral de Previdência Social
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal	<b>RPNP</b>	Restos a Pagar Não Processados
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade	<b>RPP</b>	Restos a Pagar Processados
<b>CGATV</b>	Coordenação-Geral de Administração e Transferências Voluntárias	<b>RPPS</b>	Regime Próprio de Previdência Social
<b>CGOFIC</b>	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	<b>SCDP</b>	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União	<b>SE</b>	Secretaria-Executiva
<b>CPC</b>	Coordenação de Prestação de Contas	<b>SECEX</b>	Secretaria de Controle Externo
<b>COLOG</b>	Coordenação de Logística	<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informações
<b>CONFCON</b>	Sistema de Conformidade Contábil <b>CGTES</b>	<b>SERPRO</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados
	Coordenação-Geral de Tesouraria/STN	<b>SGA</b>	Subsecretaria de Gestão e Administração
<b>COSIS</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN	<b>SIADS</b>	Sistema Integrado de Administração de Serviços
<b>CRC/DF</b>	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>DARF</b>	Documento de Arrecadação Federal	<b>SIAPE</b>	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
<b>DFC</b>	Demonstração dos Fluxos de Caixa	<b>SIC</b>	Serviço de Informação ao Cidadão
<b>DVP</b>	Demonstrações das Variações Patrimoniais	<b>SPIUnet</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
<b>ENAP</b>	Escola Nacional de Administração Pública	<b>SPU</b>	Secretaria de Patrimônio da União
<b>GF</b>	Gestor Financeiro	<b>SPUnet</b>	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
<b>GRU</b>	Guia de Recolhimento da União	<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>JCDF</b>	Junta Comercial do Distrito Federal	<b>SUCON</b>	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias	<b>TCE</b>	Tomada de Contas Especial
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual	<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura e Pecuária	<b>TG</b>	Tesouro Gerencial
<b>MCASP</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>ME</b>	Ministério da Economia	<b>UGE</b>	Unidade Gestora Executora
<b>MEP</b>	Método da Equivalência Patrimonial	<b>UGR</b>	Unidade Gestora Responsável
<b>MPA</b>	Ministério da Pesca e Aquicultura	<b>VPA</b>	Variação Patrimonial Aumentativa
<b>NBC TSP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público	<b>VPD</b>	Variação Patrimonial Diminutiva
<b>NBCASP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público		
<b>NE</b>	Nota de Empenho		



## 2) Contexto Operacional

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023 ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11624.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11624.htm)), alterado pelo Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

Formulação e normatização da política nacional da aquicultura e da pesca e a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e da produção de alimentos;

- a) Políticas, iniciativas e estratégias de gestão participativa do uso sustentável dos recursos pesqueiros;
- b) Organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- c) Estabelecimento de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros e da aquicultura, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- d) Concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional:
  - 1) Pesca comercial, artesanal e industrial;
  - 2) Pesca de espécimes ornamentais;
  - 3) Pesca de subsistência; e
  - 4) Pesca amadora ou desportiva;
- e) Autorização de arrendamento e nacionalização de embarcações de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade;
- f) Implementação da política de concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- g) Fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, às permissões e às autorizações concedidas para a pesca e a aquicultura, para fins de registro automático no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- h) Elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e ações, no âmbito de suas competências;
- i) Promoção e articulação intrasetorial e intersetorial necessária à execução de atividades aquícola e pesqueira;
- j) Elaboração e execução, diretamente ou na forma de parceria, de planos, de programas e de projetos de pesquisa aquícola e pesqueira e monitoramento de estoques de pesca;
- k) Realização, direta ou em parceria com instituições, organizações ou entidades, da estatística pesqueira;
- l) Promoção da modernização e da implantação de infraestrutura e de sistemas de apoio à produção pesqueira ou aquícola e ao beneficiamento e à comercialização do pescado, inclusive quanto à difusão de tecnologia, à extensão aquícola e pesqueira e à capacitação;
- m) Administração de terminais pesqueiros públicos, de forma direta ou indireta;
- n) Instituição e auditoria do programa de controle sanitário das embarcações de pesca, exceto de barcos fábrica;
- o) Subsídio, assessoramento e participação, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca e aquicultura; e
- p) Celebração de contratos administrativos, convênios, contratos de repasse, termos de parceria e de cooperação, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, no âmbito de suas competências.

Para a consecução de seus objetivos, o MPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias e 27 Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura nos Estados e no Distrito Federal.

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Nacional de Aquicultura;
- b) Secretaria Nacional de Pesca Artesanal;
- c) Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva e
- d) Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura

O Órgão colegiado do Ministério é o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE.



### **3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA e utilizados pelo MPA**

#### **3.1) Lista de sistemas categoria Administrativo - MPA**

**PesqBrasil** – Módulo de Mapa de Bordo

**PesqBrasil** – RGP Pescador e Pescadora Profissional

**RGP** – Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

**SINAU** – Sistema Nacional de Águas da União

**SISRGP 4.0** – Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

**SISRGP** – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

**SisRGP** – Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

**SISTAINHA** – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira de Tainha

**SSADP** – Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

#### 4) Demonstrações Contábeis do Ministério da Pesca e Aquicultura – 1º Trimestre/2026

##### 4.1 Balanço Patrimonial (BP) – OFSS – Ministério da Pesca e Aquicultura

		VALORES EM MILHÕES DE REAL	
<b>ATIVO</b>			
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>239,01</b>	<b>229,24</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13,20</b>	<b>15,43</b>	
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>225,81</b>	<b>213,81</b>	
Créditos de Transferências a Receber	-	-	
Créditos de Transferências a Receber	-	-	
Demais Créditos e Valores	225,81	213,81	
Demais Créditos e Valores	225,81	213,81	
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	-	-	
<b>Estoques a Curto Prazo</b>	-	-	
<b>Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda</b>	-	-	
<b>VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo</b>	-	-	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>90,65</b>	<b>639,19</b>	
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>5,95</b>	<b>5,95</b>	
Créditos a Longo Prazo	5,95	5,95	
Demais Créditos e Valores	5,95	5,95	
Demais Créditos e Valores	5,95	5,95	
<b>Estoques a Longo Prazo</b>	-	-	
<b>Investimentos</b>	-	-	
Participações Permanentes	-	-	
Propriedades para Investimento	-	-	
Propriedades para Investimento	-	-	
Demais Investimentos Permanentes	-	-	
Demais Investimentos Permanentes	-	-	
<b>Imobilizado</b>	<b>84,70</b>	<b>633,23</b>	
Bens Móveis	43,48	44,33	
Bens Móveis	46,83	46,97	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-3,35	-2,64	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Bens Imóveis	41,21	588,90	
Bens Imóveis	43,10	590,78	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1,88	-1,88	
<b>Intangível</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	
Softwares	0,01	0,01	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	
Patrimônio Cultural	-	-	
<b>Diferido</b>	-	-	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>329,66</b>	<b>868,43</b>	

<b>PASSIVO</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>22,04</b>	<b>22,19</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. A Pagar a Curto Prazo	6,37	7,57
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,97	0,97
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	4,89	3,61
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	9,80	10,04
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. A Pagar a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>22,04</b>	<b>22,19</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>307,63</b>	<b>846,24</b>
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Reserva de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reserva de Lucros	-	-
Demais Reservas	5,61	5,61
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>302,02</b>	<b>840,64</b>
Resultado do Exercício	-536,81	137,27
Resultado de Exercícios Anteriores	840,64	702,79
Ajuste de Exercícios Anteriores	-1,81	0,57
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>329,67</b>	<b>868,43</b>

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO FINANCEIRO	13,20	15,43	PASSIVO FINANCEIRO	142,95	120,59
ATIVO PERMANENTE	316,46	853,00	PASSIVO PERMANENTE	2,48	1,25
			SALDO PATRIMONIAL	184,23	746,59

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3,73	8,73	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	257,90	262,11
Atos Potenciais Ativos	3,73	8,73	Atos Potenciais Passivos	257,90	262,11
Garantias e Contragarantias Recebidas	1,73	1,73	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	2,00	7,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	218,29	221,93
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	39,62	40,18
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3,73</b>	<b>8,73</b>	<b>TOTAL</b>	<b>257,90</b>	<b>262,11</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-96,22
Recursos Vinculados	-33,52
Previdência Social (RPPS)	-0,93
Dívida Pública	-22,63
Fundos, Órgãos e Programas	-9,96
<b>TOTAL</b>	<b>-129,74</b>

## 4.2 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – Ministério da Pesca e Aquicultura

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	VALORES EM MILHÕES DE REAL	
	2026	2025
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>140,41</b>	<b>182,13</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>7,82</b>	<b>6,77</b>
Taxas	7,82	6,77
<b>Contribuições</b>	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>0,32</b>	<b>0,02</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,32	0,02
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>112,05</b>	<b>162,13</b>
Transferências Intragovernamentais	111,98	130,79
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,07	31,34
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>16,77</b>	<b>10,69</b>
Ganhos com Incorporação de Ativos	14,57	10,49
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2,19	0,20
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>3,45</b>	<b>2,52</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3,45	2,52
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>677,22</b>	<b>207,66</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>17,62</b>	<b>11,02</b>
Remuneração a Pessoal	13,38	8,48
Encargos Patronais	2,66	1,76
Benefícios a Pessoal	1,58	0,79
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	0,14	0,15
Pensões	0,04	0,09
Benefícios Eventuais	0,01	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,09	0,06
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>13,45</b>	<b>7,03</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	12,71	6,65
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,74	0,38
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>0,08</b>	-
Juros e Encargos de Mora	0,08	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>97,05</b>	<b>116,88</b>
Transferências Intragovernamentais	88,90	96,71
Transferências Intergovernamentais	6,23	20,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1,93	0,14
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>548,86</b>	<b>72,33</b>
Perdas Involuntárias	0,01	-
Desincorporação de Ativos	548,86	72,33
<b>Tributárias</b>	<b>0,01</b>	<b>0,02</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	0,02
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>0,01</b>	<b>0,23</b>
Subvenções Econômicas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,01	0,23
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-536,81</b>	<b>-25,54</b>

### 4.3) Balanço Orçamentário (BO) – Ministério da Pesca e Aquicultura

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14,84</b>	<b>14,84</b>	<b>5,50</b>	<b>-9,34</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>14,82</b>	<b>14,82</b>	<b>5,48</b>	<b>-9,34</b>
Impostos	-	-	-	-
Taxas	14,82	14,82	5,48	-9,34
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receita de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03</b>	<b>-0,00</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,03	0,03	0,03	-0,00
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receita de Serviços</b>	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
<b>Amortizações de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>14,84</b>	<b>14,84</b>	<b>5,50</b>	<b>-9,34</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>14,84</b>	<b>14,84</b>	<b>5,50</b>	<b>-9,34</b>
<b>DÉFICIT</b>	-	-	<b>56,06</b>	<b>56,06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14,84</b>	<b>14,84</b>	<b>61,56</b>	<b>46,72</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

VALORES EM MILHÕES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>239,39</b>	<b>239,52</b>	<b>59,72</b>	<b>25,82</b>	<b>20,43</b>	<b>179,81</b>
Pessoal e Encargos Sociais	43,47	43,47	33,84	14,59	10,37	9,63
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	195,92	196,05	25,87	11,23	10,06	170,18
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>30,62</b>	<b>30,48</b>	<b>1,84</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28,64</b>
Investimentos	30,62	30,48	1,84	-	-	28,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270,00</b>	<b>270,00</b>	<b>61,56</b>	<b>25,82</b>	<b>20,43</b>	<b>208,45</b>

VALORES EM MILHÕES DE REAL

## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		DEZEMBRO DO	EXERCÍCIO ANTERIOR				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16,48</b>	<b>23,76</b>	<b>5,74</b>	<b>4,84</b>	<b>-</b>	<b>35,40</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	0,42	1,43	0,91	0,91	-	0,94	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	16,06	22,32	4,84	3,93	-	34,46	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>46,82</b>	<b>12,59</b>	<b>6,05</b>	<b>1,72</b>	<b>0,20</b>	<b>57,49</b>	
Investimentos	46,82	12,59	6,05	1,72	0,20	57,49	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>63,31</b>	<b>36,35</b>	<b>11,80</b>	<b>6,57</b>	<b>0,20</b>	<b>92,89</b>	

## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		DEZEMBRO DO	EXERCÍCIO ANTERIOR			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8,74</b>	<b>10,43</b>	<b>8,85</b>	<b>2,20</b>	<b>8,13</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	1,20	6,01	4,87	2,20	0,14	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	7,54	4,42	3,97	-	7,99	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>1,52</b>	<b>1,40</b>	<b>-</b>	<b>0,12</b>	
Investimentos	-	1,52	1,40	-	0,12	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>8,74</b>	<b>11,95</b>	<b>10,25</b>	<b>2,20</b>	<b>8,25</b>	

#### 4.4) Balanço Financeiro (BF) – Ministério da Pesca e Aquicultura

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>5,50</b>	<b>4,74</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>61,56</b>	<b>37,88</b>
<b>Recursos Não Vinculados</b>	-	-	<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>60,58</b>	<b>37,78</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>5,50</b>	<b>4,74</b>	<b>Recursos Vinculados</b>	<b>0,98</b>	<b>0,10</b>
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	0,10
Fundos, Órgãos e Programas	5,50	4,74	Previdência Social (RPPS)	0,98	-
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	-	-	Fundos, Órgãos e Programas	-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>111,98</b>	<b>130,79</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>88,90</b>	<b>96,71</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	57,76	38,36	Resultantes da Execução Orçamentária	30,23	21,09
Cota Recebida	32,49	21,15	Repasse Concedido	3,98	3,88
Repasse Recebido	24,30	17,21	Sub-repasse Concedido	24,30	17,21
Sub-repasse Recebido	0,97	-	Cota Devolvida	0,97	-
Independentes da Execução Orçamentária	54,21	92,44	Subrepasse Devolvido	0,97	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	46,18	58,45	Independentes da Execução Orçamentária	58,67	75,62
Demais Transferências Recebidas	5,83	33,10	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	41,37	31,51
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2,21	0,88	Demais Transferências Concedidas	5,70	34,80
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>47,67</b>	<b>31,96</b>	Movimento de Saldos Patrimoniais	11,60	9,30
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5,39	5,01	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>16,92</b>	<b>23,95</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	35,74	22,34	Pagamento de Restos a Pagar Processados	10,25	6,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,42	0,05	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	6,57	17,83
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6,13	4,56	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,01	0,05
Arrecadação de Outra Unidade	0,03	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,09	0,01
Demais Recebimentos	6,10	4,56	Demais Pagamentos	0,09	0,01
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>15,43</b>	<b>12,95</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>13,20</b>	<b>21,91</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	15,43	12,95	Caixa e Equivalentes de Caixa	13,20	21,91
<b>TOTAL</b>	<b>180,58</b>	<b>180,45</b>	<b>TOTAL</b>	<b>180,58</b>	<b>180,45</b>

#### 4.5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – Ministério da Pesca e Aquicultura

VALORES EM MILHÕES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	5,61	702,79	-	-	708,40
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	0,53	-	-	0,53
Aumento/Redução de Capital de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	- Resgate/Reemissão
Reavaliação de Ativos	-	-	-	0,04	-	-	-	0,04	- Const./Realiz. da Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Resultado do Exercício
-	137,27	-	137,27	-	-	-	-	-	- Constituição/Reversão de Reservas
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Dividendos/Juros sobre Capital Próprio
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
<b>Saldo Final do Exercício 2025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,61</b>	<b>840,64</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>846,24</b>

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2026	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	- Resgate/Reemissão
Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	- Const./Realiz. da Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Resultado do Exercício
-	-536,81	-	-536,81	-	-	-	-	-	- Constituição/Reversão de Reservas
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Dividendos/Juros sobre Capital Próprio
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação
-	-	-	-	-	-	-	-	-	- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
<b>Saldo Final do Exercício 2026</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-536,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-536,81</b>

#### 4.6) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) – Ministério da Pesca e Aquicultura

	VALORES EM MILHÕES DE REAL	
	2026	2025
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-1,13</b>	<b>11,62</b>
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>123,99</b>	<b>140,15</b>
Receita Tributária	5,48	4,74
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	0,03	0,01
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>118,49</b>	<b>135,40</b>
Ingressos Extraorçamentários	0,42	0,05
Transferências Financeiras Recebidas	111,98	130,79
Arrecadação de Outra Unidade	6,10	4,56
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>-125,13</b>	<b>-128,53</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-28,66</b>	<b>-15,41</b>
Administração	-2,35	-0,78
Previdência Social	-0,06	-0,08
Agricultura	-26,03	-14,55
Organização Agrária	-0,15	-
Encargos Especiais	-0,10	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	0,03	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-7,47</b>	<b>-16,35</b>
Intergovernamentais Concedidas	-2,03	-10,82
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-3,59
A Municípios	-2,03	-7,24
Intragovernamentais Concedidas	-2,52	-0,68
Outras Transferências Concedidas	-2,91	-4,85
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-89,00</b>	<b>-96,78</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-0,01	-0,05
Transferências Financeiras Concedidas	-88,90	-96,71
Demais Pagamentos	-0,09	-0,01
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1,09</b>	<b>-2,66</b>
<b>INGRESSOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1,09</b>	<b>-2,66</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1,09	-2,66
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-2,23</b>	<b>8,96</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>15,43</b>	<b>12,95</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>13,20</b>	<b>21,91</b>



## 5) NOTAS EXPLICATIVAS (partes integrantes das Demonstrações Contábeis do MPA)

### 5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério da Pesca e Aquicultura.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do MPA e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do MPA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

### 5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MPA, órgão que faz parte da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

#### 5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o **Real**, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.



### **5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **5.2.3) Créditos a Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques.

Os valores são mensurados e avaliados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### **5.2.4) Estoques**

Os estoques do MPA compreendem apenas os materiais de uso e consumo. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

### **5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreende os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; e (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

### **5.2.6) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



## 5.2.7) Depreciação, Amortização ou Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens móveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, constam todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

### 5.2.7.1) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de quartos utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

## 5.2.8) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.



## 5.2.9) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

## 5.2.10) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

i. **Resultado patrimonial** - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais, na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

ii. **Resultado orçamentário** - O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

iii. **Resultado financeiro** - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## 5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

No trimestre em referência, mantiveram-se inalteradas as práticas e políticas contábeis adotadas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.



## 5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

O Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

A Portaria/MGI nº 43, de 31/01/2023, publicada em 01/02/2023, veio normatizar o compartilhamento em arranjos colaborativos entre os Ministérios decorrentes das medidas transitórias da MP nº 1154, de 1º/01/2023 - convertida na Lei nº 14.600 de 19/06/2023 - dentre outros, a parte contábil, em que o MAPA fica sendo o Ministério Provedor, conforme Art. 5º da Portaria.

Para a execução da Conformidade Contábil do MPA tornou-se necessário que a STN pudesse autorizar o acesso da Equipe Contábil do MAPA à UG Setorial Contábil do MPA, o que respalda este exercício contábil em Órgão diferente do Órgão originário em níveis contábeis.

Com a publicação do O Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, vigente a partir de 30 de dezembro de 2024, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, ficou estabelecido, em seu Art. 12-A, inciso I-C, que compete à Subsecretaria de Gestão e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura, planejar, coordenar, orientar e monitorar as atividades relativas ao Sistema de Contabilidade Federal.

## 5.5) Partes Relacionadas (MPA)

### 5.5.1) Definição:

#### 5.5.1.1) Parte relacionada

Segundo o MCASP 10ª edição, parte relacionada é a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se parte relacionada àquela que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, NÃO estão incluídas no conceito de partes relacionadas:

- a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e
- b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

#### 5.5.1.2) Transação com partes relacionadas

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.



### **5.5.1.3 Influência significativa**

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC), do MCASP 9ª edição.

Sobre este ponto, o Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA, na qualidade de ministério provedor, tem atuado junto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA no sentido de orientar e auxiliar o MPA na identificação de informações sobre suas Partes Relacionadas, alinhado ao que dispõe a NBC TSP 22 e demais normas vigentes.

Por meio do processo 21000.067380/2023-37, o MPA identificou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e o Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, configura-se como PARTE RELACIONADA devido à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros ser articulada com o referido órgão.

No que diz respeito a participação de representantes do MPA em Conselhos, Comitês, Associações ou outras Entidades, segue:

# DEMONSTRATIVO DAS PARTES RELACIONADAS INFORMADO PELAS SECRETARIAS DO MPA

Processo SEI: 21000.067380/2023-37 - Documento SEI:

## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Conselho CAISAN	André Carlos Alves de Paula Filho	
Conselho SUFRAMA-CAS	André Carlos Alves de Paula Filho	

Processo SEI: 21000.067380/2023-37 - Documento SEI: 52029529 – em 17/04/2026

## SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL - SNPA/MPA DEPTº DE INCLUSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÕES

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Grupo de Trabalho (GT) para Revisar a 1159	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Marcelo Mazeta Lucas</b> Cargo: Diretor do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações E-mail: marcelo.mazeta@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4195
Grupo de Trabalho (GT) de Política Nacional de Fronteiras	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	N/A
Grupo de Trabalho (GT) da Tainha	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Mariana Cristina Mourão Veiga</b> Cargo: Coordenadora de Gestão Pesqueira E-mail: mariana.veiga@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4412
Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para fins de ornamentação e Aquaríofilia – CPG Ornamentais	N/A	<b>Brenda Ramos Uliano</b> Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul - CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS SUDESTE/SUL	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS NORTE/NORDESTE	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins - CPG ATUNS E AFINS	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagostas - CPG LAGOSTA	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste - CPG CENTRO SUL	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG NORDESTE	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia - CPG NORTE	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-419	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comissão Interministerial de prevenção a conflitos no	<b>Suana Medeiros Silva</b> Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas	<b>Tatiane Almeida Lemos</b> Cargo: Chefe de Divisão
campo e na cidade	E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	E-mail: tatiane.lemos@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4198
Grupo de Trabalho (GT) de Working Group Moored Fish Aggregating Device (MFADs) (Western Central Atlantic Fishery Commission - WECAFC)	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Grupo de Trabalho (GT) Drafting Group WECAFC	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Grupo de Trabalho (GT) Strategy ad hoc Working Group (Agreement on Port State Measures - PSMA)	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Brenda Ramos Uliano</b> Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936
Grupo de Trabalho (GT) Part 6 Working Group	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Coordenador Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Sub-Committee on Fisheries Management - COFI. SFMT. FAO	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275
Comitê Gestor de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígena - PNEGATI	<b>Suana Medeiros Silva</b> Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275
Bioinvasão causada pelo peixe-leão ( <i>Pterois spp</i> ) no litoral brasileiro (Coordenação do IBAMA)	<b>Sandy Evelin Rodrigues Lima</b> Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-5016	N/A
Grupo de Trabalho (GT) do Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de pescador e pescadora profissional artesanal - GT RGP Artesanal	<b>Erica Pereira da Silva</b> Cargo: Coordenadora de Gestão Pesqueira E-mail: erica.dasilva@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4799	<b>Sandy Evelin Rodrigues Lima</b> Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-5016
Grupo de Trabalho GT/MPA/MARIANA	<b>Sandy Evelin Rodrigues Lima</b> Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-5016	<b>Raniere Crisitna Silva Sabará</b> Cargo: Economista E-mail: raniere.cristina@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4798
Grupo e Assessoramento Técnico (GAT) - PAN Toninhas	<b>Brenda Ramos Uliano</b> Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936	<b>Rafaela Maria Serra de Brito</b> Cargo: Oceanógrafa E-mail: rafaela.brito@mpa.gov.br Contato: 98 98161-5149

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Apoio a Estudo sobre Cooperativas Agrícolas	<b>Gabriel Vieira</b> Cargo: Chefe de Divisão E-mail: gabriel.vieira@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4798	
Acordo Cooperação Técnica -ACT - cordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Itaipu Binacional	<b>Gabriel Vieira</b> Cargo: Chefe de Divisão E-mail: gabriel.vieira@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4798	N/A
Conselho de Administração da ANATER	SNA	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Coordenadora-Geral Substituta E-mail: marina.comin@mpa.gov.b Telefone: (61) 3276-4796
Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	<b>Millena Ayla da Mata Dias</b> Cargo:Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva E-mail: millena.dias@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4412	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Coordenadora-Geral Substituta E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: (61) 3276-4796
Grupo de Coordenação para atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Brenda Ramos Uliano</b> Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48.988051936
Comissão Internacional para a Conservação do Atum e afins do Atlântico (ICCAT)	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável	<b>Cristiano Wellington Noberto Ramalho</b> Cargo: Secretário Nacional E-mail: cristiano.ramalho@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4448	<b>Marina Puzilli</b> Cargo: Chefe de Divisão E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4358
3ª Conferência das Nações Unidas para os Oceanos UNOC3	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Assistente Técnica E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: (61) 3276-4798
Grupo de Trabalho (GT) Legislação da Pesca Artesanal	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Coordenador Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276 4198

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Comitê Gestor do Programa Selo Amazônia	<b>Gabriel Vieira</b> Cargo: Chefe de Divisão E-mail: gabriel.vieira@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4798	N/A
GT Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	<b>Gabriel Vieira</b> Cargo: Chefe de Divisão E-mail: gabriel.vieira@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4798
Caderno de Respostas à pauta de reivindicações da Coordenação Nacional de Arculação das Comunidades Negras	<b>Millena Ayla Dias</b> Cargo: Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva E-mail: millena.dias@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4412	<b>Suana Medeiros Silva</b> Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797
CPG Bacias do Centro-Sul	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comitê Gestor do Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar – Coopera Mais Brasil.	<b>Marina Puzzili</b> Cargo: Chefe de Divisão E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4358	<b>Quener Chaves dos Santos</b> Coordenador-Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação E-mail: quener.santos@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4196
Comitê Interministerial de Mudança do Clima, coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (M)	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	N/A
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Oficinas de Estudos Temáticos - Estratégia Brasil 2050	<b>Gabriel Vieira</b> Cargo: Chefe de Divisão E-mail: gabriel.vieira@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4798	<b>Rafael Fernandes Carneiro</b> Cargo: Chefe de divisão da Coordenação-Geral de Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas E-mail: rafael.carneiro@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Câmara de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (PNDR).	<b>Marcelo Mazeta Lucas</b> Cargo: Diretor do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações E-mail: marcelo.mazeta@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4195	N/A
NU. Foro Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)	<b>Cristiano Wellington Noberto Ramalho</b> Cargo: Secretário Nacional E-mail: cristiano.ramalho@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4448	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275
Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia - CPPI/Condraf	SNA	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Coordenadora-Geral Substituta E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: 3276-4796
Grupo de Apoio Técnico – GAT, do Projeto de Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e nas Lagoas Costeiras	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198
Comitê- Executivo da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CE- CREDCEN)		
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).	<b>Cristiano Wellington Noberto Ramalho</b> Cargo: Secretário Nacional E-mail: cristiano.ramalho@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4448	<b>Marcelo Mazeta Lucas</b> Diretor E-mail: marcelo.mazeta@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4195
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e indicação para substituição dos membros nas comissões temáticas do CONSEA.	<b>Cristiano Wellington Noberto Ramalho</b> Cargo: Secretário Nacional E-mail: cristiano.ramalho@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4448	
Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional		<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Assistente Técnica E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: (61) 3276-4798
Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	SNA
Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) Amazônia Azul	SNA	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Assistente Técnica E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: (61) 3276-4798

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Sistema de Informações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios na Amazônia Legal (SISPPCDAm)	<b>Rafael Fernandes Carneiro</b> Cargo: Assistente técnico E-mail: rafael.carneiro@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4797	N/A
Fórum Nacional da Pesca Artesanal	<b>Suana Medeiros Silva</b> Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4276	<b>Rafael Fernandes Carneiro</b> Cargo: Assistente técnico E-mail: rafael.carneiro@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4797
Comitê de Orientação e Supervisão (COS) do Projeto Rondon	<b>Rafael Fernandes Carneiro</b> Cargo: Assistente técnico E-mail: rafael.carneiro@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	N/A
Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica para o exercício da pesca no Lago Paranoá, proveniente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federa	<b>Rafael Fernandes Carneiro</b> Cargo: Assistente técnico E-mail: rafael.carneiro@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	N/A
Grupo Gestor do PROPESCA	<b>Sandy Evelin Rodrigues Lima</b> Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-5016	N/A
principais entregas planejadas para o restante do exercício de 2025.	<b>Erica Pereira da Silva</b> Cargo: Coordenadora de Gestão Pesqueira E-mail: erica.silva@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4479	<b>Millena Ayla Dias</b> Cargo: Coordenadora de Inclusão Socioproductiva E-mail: millena.dias@mpa.gov.br Contato: 61 3276-5155
elaboração do Relatório de Gestão (RG), na forma de Relatório Integrado (RI), documento integrante da Prestação de Contas Anual do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para o exercício de 2025	<b>Natália Gonçalves Ramos</b> Cargo: Coordenadora de Gestão Administrativa E-mail: nataliga.gmarques@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4442	<b>Milena Ayla Dias</b> Cargo: Coordenadora de Inclusão Socioproductiva E-mail: millena.dias@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-5155
Plano de Transformação Digital(ptd) do Ministério da Pesca	<b>Gabriel Antonio Rodrigues Velloso Cordeiro</b> Siape: 3448406 E-mail: gabriel.cordeiro@mpa.gov.br Contato: (61) 3276 4571	<b>Erica Pereira da Silva</b> Cargo: Coordenadora de Gestão Pesqueira E-mail: erica.silva@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4479
Grupo de Apoio Técnico – GAT, do Projeto de Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e nas Lagoas Costeiras	<b>Bianca Larissa Mesquita</b> Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4198

COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Comitê Temático de Proteção de Dados Pessoais	<b>Lucas Rodrigues da Costa</b> Cargo: Analista de Sistema E-mail: lucas.dcosta@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4356	<b>Erica Pereira da Silva</b> Cargo: Coordenadora E-mail: erica.dasilva@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4799
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	<b>Quener Chaves dos Santos</b> Coordenador-Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação E-mail: quener.santos@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4196	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Coordenadora-Geral Substituta E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: 3276-4796
Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas	<b>Suana Medeiros Silva</b> Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Coordenadora-Geral Substituta E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: 3276-4796
Plano safra 2020-2027	<b>Quener Chaves dos Santos</b> Coordenador-Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação E-mail: quener.santos@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4196	<b>Raniere Crisitna Silva Sabará</b> Cargo: Economista E-mail: raniere.cristina@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4798
Grupo de Trabalho (GT) <i>Ad Hoc</i> de Integração do Gerenciamento Costeiro e Marinho / Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)	<b>Adayse Bossolani da Guarda</b> Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4275	SERMOP
Comitê Temático de Governança Digital e Segurança da Informação, no âmbito do Comitê Interno de Governança do Ministério da Pesca e Aquicultura	<b>Lucas Rodrigues da Costa</b> Cargo: Analista de Sistema E-mail: lucas.dcosta@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4356	<b>Erica Pereira da Silva</b> Cargo: Coordenadora E-mail: erica.dasilva@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4799
Comitê Gestor da Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária	<b>Marcelo Mazeta Lucas</b> Cargo: Diretor do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações E-mail: marcelo.mazeta@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4195	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia - CPG NORTE	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4274	<b>Bianca Larissa de Mesquita Sousa</b> Cargo: Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato (61) 3276.4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste - CPG CENTRO SUL	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4274	<b>Bianca Larissa de Mesquita Sousa</b> Cargo: Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato (61) 3276.4198

Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG NORDESTE	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4274	<b>Bianca Larissa de Mesquita Sousa</b> Cargo: Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato (61) 3276.4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG NORDESTE	<b>Cristiano Quaresma de Paula</b> Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: (61) 3276-4274	<b>Bianca Larissa de Mesquita Sousa</b> Cargo: Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato (61) 3276.4198
Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT	<b>Suana Medeiros Silva</b> Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	<b>Nome: Marina Puzilli Comin</b> Cargo: Coordenadora-Geral Substituta E-mail: marina.comin@mpa.gov.br Telefone: 3276-4796
CG-PNGATI	<b>Suana Medeiros Silva</b> Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	<b>Rafael Fernandes Carneiro</b> Cargo: Assistente técnico E-mail: rafael.carneiro@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797

SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA DA PESCA E AQUICULTURA – SERMOP		
COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO	CONTATO
Comitê Executivo Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas - PROILHAS (MB/SECIRM)	<b>Titular</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br
Comitê Executivo Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima - GOOS-Brasil (MB/DHN)	<b>Titular</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura <b>Suplente</b> Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br julia.azevedo@mpa.gov.br
Comitê Executivo Desenvolvimento e Aproveitamento Sustentável da Amazônia Azul - PRO AMAZÔNIA AZUL (MB/SECIRM)	<b>Suplente</b> Rafaela Passarone Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura	rafaela.passarone@mpa.gov.br
Grupo Técnico "PIB do Mar" (MPO)	<b>Titular</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	alex.lira@mpa.gov.br
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	<b>Titular</b> Delian de Oliveira Coordenadora Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa <b>Suplente</b> Fernando Viana dos Santos Servidor - Concursado Coordenação Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	delian.silva@mpa.gov.br fernando.viana@mpa.gov.br
Subcomissão Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)	<b>Titular</b> Elielma Ribeiro Borcem Diretora de Registro e Monitoramento da pesca e aquicultura	elielma.borcem@mpa.gov.br
Comissão das Pescarias do Atlântico Centro-Oeste (WECAFC)	<b>PONTO FOCAL</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Comitê de Pesca da Organização para a Alimentação e Agricultura (COFI/FAO)	<b>PONTO FOCAL</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	catarina.melo@mpa.gov.br
Grupo de Trabalho: Repactuação Mariana	<b>Titular:</b> Elielma Ribeiro Borcem Diretora de Registro e Monitoramento da pesca e aquicultura <b>Suplente:</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	elielma.borcem@mpa.gov.br alex.lira@mpa.gov.br

COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO	CONTATO
Grupo Técnico sobre Atividades no Ártico (GT Ártico), no âmbito da Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)	<p><b>Titular</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura</p> <p><b>Suplente</b> <b>Júlia Papalardo Azevedo</b> Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p>	<p>alex.lira@mpa.gov.br julia.azevedo@mpa.gov.br</p>
Grupo Técnico Gestor do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS	<p><b>Titular</b> Rafaela Passarone</p> <p><b>Suplente</b> Ynês Alves de Araujo</p>	<p>rafaela.passarone@mpa.gov.br yves.araujo@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste – CPG Centro-Sul	Esta Secretaria participa como convidado	<p>renato.cardoso@mpa.gov.br marisa.cardoso@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste – CPG Nordeste	Esta Secretaria participa como convidado	<p>catarina.melo@mpa.gov.br poliane.silva@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia – CPG Norte	Esta Secretaria participa como convidado	<p>suelen.brasil@mpa.gov.br julia.azevedo@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul - CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL	Esta Secretaria participa como convidado	<p>rafaela.passarone@mpa.gov.br alex.lira@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS SUDESTE/SUL	Esta Secretaria participa como convidado	<p>rafaela.passarone@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste - CPG DEMERSAIS NORTE/NORDESTE	Esta Secretaria participa como convidado	<p>catarina.melo@mpa.gov.br ana.rufino@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Norte e Nordeste - CPG PELÁGICOS NORTE/NORDESTE	Esta Secretaria participa como convidado	<p>rafaela.passarone@mpa.gov.br josafa.junior@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para fins de ornamentação e Aquariorfilia – CPG Ornamentais	Esta Secretaria participa como convidado	<p>heloisa.mendes@mpa.gov.br julia.azevedo@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagostas - CPG LAGOSTA	Esta Secretaria participa como convidado	<p>larissa.conceicao@mpa.gov.br lucas.ramos@mpa.gov.br</p>
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins - CPG ATUNS E AFINS	Esta Secretaria participa como convidado	<p>alex.lira@mpa.gov.br elielma.borcem@mpa.gov.br</p>
Ponto Focal: Contato Nacional (NCP) (Acordo de Medidas e Estado de Porto) da FAO	<p><b>Titular</b> Vitor Luis Pontes Matos-Chefe de Divisão</p>	<p>vitor.matos@mpa.gov.br</p>

COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO	CONTATO
Grupo de Trabalho: Cooperação técnica internacional no âmbito do PCT BRA/IICA/23/003	<p><b>Titular</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p> <p><b>Suplente</b> Rafaela Passarone Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura</p>	<p>catarina.melo@mpa.gov.br rafaela.passarone@mpa.gov.br</p>
Comitê: Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE)	<p><b>Titular</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p>	<p>catarina.melo@mpa.gov.br</p>
Grupo de Apoio Técnico: Projeto de Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras.	<p><b>Titular</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p>	<p>catarina.melo@mpa.gov.br</p>
Ponto Focal: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	<p><b>Titular</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p>	<p>catarina.melo@mpa.gov.br</p>
Grupo de Trabalho: Tainha	<p><b>Titular</b> Elielma Ribeiro Borcem Diretora de Registro e Monitoramento da pesca e aquicultura</p> <p><b>Suplente</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura</p>	<p>elielma.borcem@mpa.gov.br alex.lira@mpa.gov.br</p>
Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico - ICCAT	<p><b>PONTO FOCAL</b> Alex Souza Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura</p>	<p>alex.lira@mpa.gov.br</p>
Grupo de Trabalho: ICCAT (Inspeção em alto-mar para navios pesqueiros de atum)	<p><b>PONTO FOCAL</b> Alex Souza Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura</p>	<p>alex.lira@mpa.gov.br</p>
Grupo de Trabalho: Plano Nacional de Fomento à Conformidade da Cadeia do Pescado.	<p><b>Titular</b> Alex Souza Lira Coordenador Geral de Estatística da Pesca e Aquicultura</p> <p><b>Suplente</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p>	<p>alex.lira@mpa.gov.br catarina.melo@mpa.gov.br</p>
Conselho de Conservação do Arquipélago de São Pedro	<p><b>Titular</b> Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p>	<p>julia.azevedo@mpa.gov.br</p>
Grupo de Trabalho Técnico: Pesca e Espécies Exóticas - DINARA (Brasil/Uruguai)	<p><b>Titular:</b> Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura</p>	<p>julia.azevedo@mpa.gov.br</p>
Grupo de Trabalho Interinstitucional para Taxonomia Sustentável Brasileira	<p><b>Titular:</b> Alex Lira- Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura</p>	<p>alex.lira@mpa.gov.br</p>

COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO	CONTATO
Comissão da Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia	<b>Titular</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	<a href="mailto:catarina.melo@mpa.gov.br">catarina.melo@mpa.gov.br</a>
Grupo de Trabalho do Plano Nacional para a inserção do Pescado	<b>Titular</b> Alex Souza Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura <b>Suplente</b> Catarina Cardoso Melo Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	<a href="mailto:alex.lira@mpa.gov.br">alex.lira@mpa.gov.br</a> <a href="mailto:catarina.melo@mpa.gov.br">catarina.melo@mpa.gov.br</a>
Grupo de Trabalho Lei Geral da Pesca nº 11.959/2009	<b>Titular</b> Elielma Ribeiro Borcem Diretora de Registro e Monitoramento da pesca e aquicultura <b>Suplente</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura	<a href="mailto:elielma.borcem@mpa.gov.br">elielma.borcem@mpa.gov.br</a> <a href="mailto:alex.lira@mpa.gov.br">alex.lira@mpa.gov.br</a>
Comissão Nacional de Classificação - CONCLA	<b>Titular</b> Alex Lira Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura <b>Suplente</b> Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	<a href="mailto:alex.lira@mpa.gov.br">alex.lira@mpa.gov.br</a> <a href="mailto:julia.azevedo@mpa.gov.br">julia.azevedo@mpa.gov.br</a>
Acordo internacional para Conservação de Albatrozes e Petreis - ACAP	<b>Titular</b> Júlia Papalardo Azevedo Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura	<a href="mailto:julia.azevedo@mpa.gov.br">julia.azevedo@mpa.gov.br</a>

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA INDUSTRIAL, AMADORA E ESPORTIVA – SNPI/MPA		
COLEGIADO	TITULAR	SUPLENTE
Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT)	Thamires Bride Ventura	Caio Faro
Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (AQUIPESCA)	Sandra Silvestre de Souza	
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP)	Caio Faro	Thamires Bride Ventura
Comitê de Pesca da Organização para Alimentação e Agricultura (COFI/FAO)	Thamires Bride Ventura	Rodrigo Cesario Pereira Silva
Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA-IMO)	Marina Midori de Oliveira Nakane	Geraldo fr
Comitê Executivo Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas – PROILHAS		Thamires Bride Ventura
Comitê Executivo "ODS 14 e a Década do Oceano"		Caio Faro
Comissão de Pesca do Atlântico Centro-Ocidental (WECAFC)	Caio Faro	Thamires Bride Ventura
Comissão de Monitoramento e Avaliação	Inácia Mendes Boechat Biagi	Antônio Siqueira Assreuy
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE	Antônio Siqueira Assreuy	
Comitê Gestor de Dados Abertos	Antônio Siqueira Assreuy	
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura - CPAD-MPA	Kelly Marques de Carvalho	Manuela Moura Pires
GT de Conformidade - Comitê de Competitividade Conformidade e Qualidade da Indústria do Pescado	José Luis Ravagnani Vargas	Antônio Siqueira Assreuy
Comitê Permanente de Nomenclatura de Espécies de Peixe (COPNESP)	Geraldo de Almeida Costa Junior	Giulliana Lemos
Grupo de Trabalho GT/MPA/MARIANA	Sandra Silvestre de Souza	Thamires Bride Ventura
Comitê Executivo Biotecnologia Marinha - BIOTECMARINHA (MCTI)	Rui Donizete Teixeira	Marina Midori
Comitê Executivo Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar - PPG-Mar (MEC)	Rodrigo Cesario Pereira Silva	Marina Midori de Oliveira Nakane
Comitê Executivo Planejamento Espacial Marinho – PEM (MB/SECIRM)		Thamires Bride Ventura
Comitê Executivo Promoção da Mentalidade Marítima – PROMAR (MB/SECIRM)	Rui Donizete Teixeira	Marina Midori de Oliveira Nakane
GloLitter	Giulliana Lemos	Geraldo de Almeida Costa Junior
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção	Thamires Bride Ventura	Caio Faro
Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites)	Thamires Bride Ventura	Rafael Martins Pinheiro
Comitê Executivo Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - REVIMAR (MMA)	Rodrigo Cesario Pereira Silva	
Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica para o exercício da pesca no Lago Paranoá	Lariessa Moura de Araujo Soares	Marcus Vinicius de Lira Nogueira
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS	Monica de Holanda Cavalcanti	Giovana Cursio Guimarães
Comitê Temático de Proteção de Dados Pessoais	Marcus Vinicius de Lira Nogueira	Manuela Moura Pires
Comitê da Pesca Amadora e Esportiva	Lariessa Moura de Araujo Soares	
Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão	Monica da Holanda Cavalcanti	Giovana Curcio Guimarães
GT COP 15 da Convenção de Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS)	Caio Faro	Inácia Mendes Boechat Biagi
Comissão Executiva Nacional (CEN)	Marina Midori de Oliveira Nakane	Barbara Deslandes Primo
Comitê Temático de Monitoramento de Políticas Públicas	Daniel Henrique Galileu, Severino de LIMA Bezerra Cabral e Barbara Deslandes Primo	José Luís Ravagnani Vargas e Mônica de Holanda Cavalcanti

**SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - 1º TRIMESTRE DE 2026**

COLEGIADO	ÓRGÃO COORDENADOR	PARTICIPAÇÃO TITULAR/PONTO FOCAL	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)	
Comitê Permanente de Nomenclatura de Espécies de Peixe (COPNESP)	Ministério da Pesca e Aquicultura	Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira - CITSB	Ministério da Fazenda		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Grupo Técnico do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira	Ministério da Fazenda		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnica em Engenharia de Aquicultura)
Comitê de Mulheres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnica em Engenharia de Aquicultura)	
Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia - CPPI / CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnica em Engenharia de Aquicultura)
Conselho Nacional da Economia Solidária CNES - MTE	Ministério do Trabalho e Emprego		Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnica em Engenharia de Aquicultura)
Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério da Agricultura e Pecuária		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Comitê Gestor da Programa Coopera Mais Brasil - MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnica em Engenharia de Aquicultura)	
GT Técnico para tratar sobre Pesca e Espécies Exóticas - DINARA	Direção Nacional de Recursos Aquáticos do Uruguai		Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)
Câmara Setorial de Produção e Indústria de Pescados	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Grupo de Coordenação para atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Marinha	Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)	
Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ives Feitosa Duarte (Analista Técnico em Medicina Veterinária)	
Comitê Permanente da Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	Ministério da Pesca e Aquicultura	Laila Freitas Oliveira de Assisi Read Allsop (Analista Técnica em Engenharia de Aquicultura)	
Comissão Especial de Licitação dos Terminais Pesqueiros	Ministério da Pesca e Aquicultura	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)	
Comitê Permanente de Gestão do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para Fins de Ornamentação e Aquariorfilia (CPG de Ornamentais)	Ministério da Pesca e Aquicultura	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)	
Grupo de Coordenação para atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Marinha	Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)	
Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ives Feitosa Duarte (Analista Técnico em Medicina Veterinária)	

**SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - 1º TRIMESTRE DE 2026**

COLEGIADO	ÓRGÃO COORDENADOR	PARTICIPAÇÃO TITULAR/ PONTO FOCAL	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Nacional de Fomento à Conformidade da Cadeia do Pescado no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério da Pesca e Aquicultura	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)	
Comitê Gestor e do Grupo Consultivo do PNAE	Ministério da Educação e da Cultura	Ursula Suellem Coutinho Barreto (Chefe da Divisão de Pesquisa para à Aquicultura - Ponto Focal)	
Comitê de Governança Multi-Institucional entre a Embrapa e o MPA	EMBRAPA		1º Suplente: Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)
Comitê Ex. da Câmara de Políticas de Int. Nacional e Desenvolvimento Regional	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Viviana Lisboa da Cunha (Analista Técnica em Engenharia de Pesca)	
Câmara de Pol. de Integ. Nacional e Des Regional e/ou Comitê Executivo - Decreto nº 9.810/2019	Ministério da Integração Des. Regional	Viviana Lisboa da Cunha (Analista Técnica em Engenharia de Pesca)	
Plano Nacional sobre Mudança do Clima - GT Mitigação	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)	
Plano Nacional sobre Mudança do Clima - GT Adaptação	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)
GT - COP30	Ministério da Pesca e Aquicultura		Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação)
Comitê Temático de Proteção de Dados Pessoais	Ministério da Pesca e Aquicultura	Ursula Suellem Coutinho Barreto (Chefe da Divisão de Pesquisa para à Aquicultura)	Felipe Souza Morais (Chefe de Divisão de Boas Práticas Aquícolas)
Comitê Temático-Científico do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo - "Aquicultura com Sanidade"	Ministério da Agricultura e Pecuária	Felipe Souza Morais (Chefe de Divisão de Boas Práticas Aquícolas)	Anderson Antonello (Coordenador-Geral de Desenvolvimento da Aquicultura)
GT - COP 15 - Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS)	Ministério da Pesca e Aquicultura	Juliana Ventorim Lemos (Analista Técnica em Medicina Veterinária)	
Comitê Consultivo de Acompanhamento do Projeto Sistemas integrados de piscicultura em quintais produtivos agroecológicos, com mulheres agricultoras em situação de vulnerabilidade socioambiental, desenvolvido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF, Movimento dos Trabalhadores do Campo/MTC e o Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Victor Santos Lira da Nóbrega (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)	
Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais	Ministério do Desenvolvimento	Viviana Lisboa da Cunha (Analista Técnica em Engenharia de Pesca)	
Comissão de Avaliação do Edital de Chamamento Público para a seleção de Integrantes do Banco Técnico-Científico da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros	Ministério da Pesca e Aquicultura	Ursula Suellem Coutinho Barreto (Chefe da Divisão de Pesquisa para à Aquicultura)	

Grupo de Trabalho Interministerial - GTI - Amazônia Azul	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Viviana Lisboa da Cunha (Analista Técnica em Engenharia de Pesca)	
GT - Acordo do Rio Doce	Ministério da Pesca e Aquicultura		Bruno Dias dos Santos (Analista Técnico em Engenharia de Aquicultura)
Comitê Gestor da Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária	Ministério da Agricultura e Pecuária	Anderson Antonello (Coordenador-Geral de Desenvolvimento da Aquicultura)	
Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Wanessa Moraes Nogueira Cabral (Analista Técnica em Engenharia de Pesca)	
Grupo de Trabalho sobre Recursos Genéticos Aquáticos da CGRAA/FAO	Food and Agriculture Organization (Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)	Fábio Hudson Souza Soares (Coordenador de Desenvolvimento da Aquicultura)	
Fórum Nacional de Economia Circular	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Wanessa Moraes Nogueira Cabral (Analista Técnica em Engenharia de Pesca)	



## 5.6) Criação de Unidades Gestoras no Órgão (MPA)

São Unidades Gestoras do Ministério da Pesca e Aquicultura:

- 580001 COORD.DE CONTABILIDADE E CONFORMIDADE ANALÍTICA FINANCEIRA - CCAF - UG EXECUTORA
- 580002 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - UG EXECUTORA
- 580003 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO - UG EXECUTORA
- 580004 SECRETARIA EXECUTIVA/MPA - UG CONTROLE
- 580005 SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA-SNA - UG CONTROLE
- 580006 SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL-SNPA - UG CONTROLE
- 580007 SECRETARIA NACIONAL DE PESCA INDUSTRIAL-SNPI - UG CONTROLE
- 580008 SECRET.NACIONAL DE REGISTRO, MONIT. E PESQ. - UG CONTROLE
- 580009 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS E DESEMPENHO - CGPD - UG EXECUTORA
- 580010 GABINETE DO MINISTRO/MPA - UG CONTROLE
- 580011 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AC - UG CONTROLE
- 580012 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AL - UG CONTROLE
- 580013 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AM - UG CONTROLE
- 580014 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AP - UG CONTROLE
- 580015 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/BA - UG CONTROLE
- 580016 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/CE - UG CONTROLE
- 580017 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/DF - UG CONTROLE
- 580018 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/ES - UG CONTROLE
- 580019 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/GO - UG CONTROLE
- 580020 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MA - UG CONTROLE
- 580021 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MG - UG CONTROLE
- 580022 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MS - UG CONTROLE
- 580023 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MT - UG CONTROLE
- 580024 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PA - UG CONTROLE
- 580025 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PB - UG CONTROLE
- 580026 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PE - UG CONTROLE
- 580027 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PI - UG CONTROLE
- 580028 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PR - UG CONTROLE
- 580029 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RJ - UG CONTROLE
- 580030 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RN - UG CONTROLE
- 580031 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RO - UG CONTROLE
- 580032 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RR - UG CONTROLE
- 580033 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RS - UG CONTROLE
- 580034 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SC - UG CONTROLE
- 580035 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SE - UG CONTROLE
- 580036 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SP - UG CONTROLE
- 580037 SUPERINT.FED.DA PESCA E AQUICULTURA/TO - UG CONTROLE

A Unidade Gestora 580009 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Desempenho – foi criada para o processamento da Folha de Pagamento, que foi iniciado em julho/2023.

As novas Unidades Gestoras foram abertas no primeiro trimestre de 2024 com o intuito de identificar os bens patrimoniais de cada uma das 27 unidades localizadas na Federação e para implementar a utilização do sistema REUSE.



## 6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis em 31/03/2026

### 6.1) Notas ao Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais em observação ao item 4.3 do MCASP, 11ª Edição.

#### A – Ativo Circulante

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>239,01</b>	<b>229,24</b>	<b>4,26%</b>	<b>100%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	13,20	15,43	-14,45%	5,52%
Créditos a Curto Prazo	225,81	213,81	5,61%	94,48%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	225,81	213,81	5,61%	94,48%
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI - março/2026

O total do Ativo do 1º Trimestre/2026 perfaz o valor de **R\$ 329,66 milhões de reais**. Desse total **72,50%** referem-se ao Ativo Circulante, o que equivale a **R\$ 239,01 milhões de reais**. Quando comparado ao resultado do último exercício, o ativo circulante apresentou um acréscimo no saldo de **4,26%**, influenciado pelos créditos a curto prazo, oriundos dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

#### Caixa e Equivalentes de Caixa:

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de **R\$ 13,20 milhões de reais** representa apenas **5,52%** do total do Ativo Circulante do MPA e refere-se a recursos, em moeda nacional, liberados pelo Tesouro.

#### Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>225,81</b>	<b>213,81</b>	<b>5,61%</b>	<b>100%</b>
Adiantamentos Concedidos	4,08	62,57	-93,48%	1,81%
Tributos a Recuperar/Compensar	-	-	-	-
Créditos por Danos ao Patrimônio	-	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-	-
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	221,73	151,24	46,61%	98,19%
Ajuste para P/Perda Demais Cred./Valor Curto Prazo	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI - março/2026

Do total do Ativo Circulante do MPA, **94,48%** refere-se a Demais Créditos e Valores a Curto Prazo que apresentou, neste trimestre, o saldo de **R\$ 225,81 milhões de reais**, sendo que, desse total, **98,19%** referem-se a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED.



## B – Ativo Não Circulante

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>90,65</b>	<b>639,19</b>	<b>-85,82%</b>	<b>100%</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	5,95	5,95	0%	6,56%
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	84,70	633,23	-86,62%	93,44%
Intangível	0,01	0,01	0%	0%

Fonte: Balancete SIAFI – março/2026

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 329,66 milhões de reais**, o Ativo Não Circulante representa **27,50%** e os valores mais significativos se concentram no grupo do Imobilizado, que apresentou um decréscimo de **86,62%** com relação a março de 2025.

### Ativo realizável a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>5,95</b>	<b>5,95</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5,95	5,95	0%	100%
Clientes, empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-	-
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI – março/2026

O saldo de **R\$ 5,95 milhões de reais** refere-se a créditos a receber de Tomadas de Contas Especiais -TCEs instauradas devido à falta de comprovação ou irregularidades na comprovação de instrumentos de transferência.

O Imobilizado é objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 004 – Imobilizado](#).

## C – Passivo Circulante

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>22,04</b>	<b>22,19</b>	<b>-0,68%</b>	<b>100%</b>
Obrigações Trab., Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	6,37	7,57	-15,85%	28,90%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,97	0,97	0%	4,40%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	4,89	3,61	35,46%	22,19%
Provisões a Curto Prazo	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	9,80	10,04	-2,39%	44,46%

Fonte: Balancete SIAFI – março/2026

O Passivo Circulante representa **100%** de todo o Passível Exigível, no valor de **R\$ 22,04 milhões de reais**. O saldo mais relevante, referente às Demais Obrigações a Curto Prazo, no montante de **R\$ 9,80 milhões de reais**, representa **44,46%** do total do Passivo. Ademais, ressalta-se que **57,55%** das Demais Obrigações a Curto Prazo, correspondem a Subvenções a Pagar, que se trata de valores a pagar à Petróleo Brasileiro SA – PETROBRAS, em decorrência da Lei nº 9.445/97 que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.



Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar](#).

## D – Passivo Não Circulante

Como já mencionado, não consta saldo de Passivo Não Circulante.

## E – Patrimônio Líquido

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>307,63</b>	<b>846,24</b>	<b>-63,65%</b>	<b>100%</b>
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-
Ajustes de avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Demais Reservas	5,61	5,61	0%	1,82%
Resultados Acumulados	302,02	840,64	-64,07%	98,18%

Fonte: Balanço Patrimonial - SIAFI - março/2026

O Resultado Acumulado é composto de:

R\$ Milhões	
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>302,02</b>
Resultado do Exercício	-536,81
Resultados de Exercícios Anteriores	840,64
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1,81

Fonte: Balanço Patrimonial - SIAFI - março/2026

Conciliação DMPL:

DMPL	R\$ Milhões	
	Ano de 2026	Ano de 2025
Reserva de Reavaliação – DEMAIS RESERVAS	5,61	5,61
Superávits ou Déficits – RESULTADOS ACUMULADOS	302,02	840,64
<b>TOTAL</b>	<b>307,63</b>	<b>846,24</b>

Fonte: Balanço Patrimonial - SIAFI - março/2026



## Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 1º Trimestre de 2026, o MPA apresentou saldo de R 0,97 milhões de reais relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar.

**Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

COMPOSIÇÃO	Valores Em R\$ Milhões		
	Ano de 2026	Ano de 2025	AV%
<u>Circulante (Curto Prazo)</u>	0,97	0,97	100%
Nacionais	0,97	0,97	100%
Estrangeiros	-	-	-
<u>Não Circulante (Longo Prazo)</u>	-	-	-
Nacionais	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0,97</b>	<b>0,97</b>	

Fonte: Balancete SIAFI - março/2026

Em relação aos Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo, não se verifica variação significativa em relação ao 1º Trimestre de 2026.

## Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial no 1º Trimestre de 2026, no órgão do MPA, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 39,62 milhões de reais**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 1º Trimestre de 2026, conforme abaixo:

**Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.**

ITENS	R\$ Milhões			
	Ano de 2026	Ano de 2025	AH (%)	AV (%)
Serviços	29,79	29,19	2,06%	75,19%
Aluguéis	6,92	7,68	-9,90%	17,47%
Fornecimento de Bens	2,91	3,30	-11,82%	7,34%
<b>Total</b>	<b>39,62</b>	<b>40,18</b>	<b>-1,39%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancete SIAFI - março/2026

A rubrica mais representativa é a de Serviços, que representa **75,19%** do total das obrigações assumidas pelo Ministério.



## Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

R\$ Milhões

CONTRATADOS	Ano de 2026	AV%
SOLLO SERVIÇOS LTDA.	8,09	20,42%
SOHESTE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LT	6,92	17,47%
DEMAIS EMPRESAS	24,61	62,12%
<b>Total</b>	<b>39,62</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancete SIAFI - março/2026

Acima estão listados todos os contratos no 1º Trimestre do ano de 2026. O contrato com valor mais expressivo é o da SOLLO SERVIÇOS LTDA. referente ao contrato de locação de mão-de-obra especializada, o qual representa **20,42%** de todas as obrigações do MPA. Por sua vez, o contrato com SOHESTE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA representa **17,47%** das obrigações contratuais do MPA.

### Nota nº 003 – Provisões

Em 31 de março de 2026 o **MPA** não apresentou saldo de Provisões.

### Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, do 1º Trimestre de 2026.



## Tabela 01 – Imobilizado – Composição

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões			
	31/03/2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>Bens Móveis</b>	<b>43,48</b>	<b>44,33</b>	<b>-1,92%</b>	<b>49,39%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	46,83	46,97	-0,30%	53,19%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(3,35)	(2,64)	26,89%	-3,81%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-
<b>Bens Imóveis</b>	<b>41,21</b>	<b>588,90</b>	<b>-93%</b>	<b>46,81%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	43,09	590,78	-92,71%	48,94%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(1,88)	(1,88)	-	-2,14%
<b>Total</b>	<b>88,04</b>	<b>635,87</b>	<b>-86,15%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancete SIAFI – março/2026

Em 31 de março de 2026, a União por meio do MPA apresentou um saldo de **R\$ 88,04 milhões de reais** líquidos de depreciação e amortização no Imobilizado.

Do total do Imobilizado bruto, **46,81%** referem-se a Bens Imóveis e **49,39%** a Bens Móveis, conforme demonstrado na tabela acima.

### Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2026 totalizavam **R\$ 43,48 milhões de reais** líquidos, distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões			
	31/03/2026	Ano de 2025	AH%	AV%
Móveis e Utensílios	8,06	8,16	-1,23%	18,54%
Bens de Informática	5,89	4,53	30,02%	13,55%
Veículos	8,86	9,17	-3,38%	20,38%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	23,42	24,47	-4,29%	53,86%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	0,32	0,29	10,34%	0,74%
Bens Móveis em Almoxarifado	0,28	0,35	-20,00%	0,64%
Demais Bens Móveis	0,00	0,00	-	-
Depreciação Acumulada – Bens Moveis	-3,35	-2,64	26,89%	-7,70%
<b>Total</b>	<b>43,48</b>	<b>13,41</b>	<b>224,24%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancete SIAFI – março/2026

O decréscimo no saldo de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas deve-se, especialmente, à alienação de bens dessa natureza.



## Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, no 1º Trimestre de 2026, totalizavam **R\$ 41,21 milhões de reais**, líquidos de depreciação/amortização, distribuídos conforme tabela abaixo:

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões			
	31/03/2026	Ano de 2025	AH%	AV%
Bens Imóveis em Andamento	0,00	0,00	-	-
Bens de Uso Especial	40,67	586,47	-93,07%	98,69%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	2,43	4,31	-43,62%	5,90%
Instalações	0,00	0,00	-	-
<b>Total Bruto</b>	<b>43,09</b>	<b>590,78</b>	<b>-92,71%</b>	<b>104,57%</b>
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1,88)	(1,88)	-	-4,56%
<b>Total</b>	<b>41,21</b>	<b>588,90</b>	<b>-93,00%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancete SIAFI - março/2026

## Bens Imóveis de Uso Especial

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões			
	31/03/2026	Ano de 2025	AH%	AV%
Terrenos, Glebas	10,47	30,36	-65,51%	25,74%
Edifícios	8,18	8,18	0%	20,11%
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,02	-100%	0%
Fazendas, Parques e Reservas	0,20	4,08	-95,10%	0,49%
Represas/Açudes	21,82	543,83	-95,99%	53,65%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,79	0,81	-2,47%	1,94%
<b>Total</b>	<b>40,67</b>	<b>586,46</b>	<b>-93,07%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancete SIAFI – março/2026

O quadro anterior detalha a disposição dos Bens Imóveis de Uso Especial.

A principal rubrica do grupo é REPRESAS/ACUDES, que representa **53,65%** do total e diminuiu **95,99%** em relação a dezembro de 2025, devido às transferências realizadas para várias unidades gestoras do MAPA no SPIUNET.



## Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável. Em 31/03/2026, o MPA apresentou um saldo de R\$ 9.790,00 relacionados ao intangível. Não houve registro de amortização. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2025 e 2026.

COMPOSIÇÃO	Valores Em R\$			
	31/03/2026	Ano de 2025	AH%	AV%
Software com Vida Útil Definida	-	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	9.790,00	9.790,00	0%	100%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-	-
Amortização Acumulada	-	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-	-
Softwares não localizados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.790,00</b>	<b>9.790,00</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancete – Siafi – março/2026

Os Softwares com vida útil indefinida não se modificaram em relação a 2025.

## Nota nº 006 – Investimentos

Não há investimentos no MPA.



## 6.2) Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no mesmo período.

O resultado patrimonial apurado em março de 2026, foi deficitário em **R\$ 536,81 milhões de reais** conforme demonstrado na tabela a seguir retirada da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP:

R\$ Milhões			
VARIAÇÕES	31/03/2026	Ano de 2025	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	140,41	182,13	-22,91%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	677,22	207,66	226,12%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-536,81</b>	<b>-25,54</b>	<b>2001,84%</b>

Fonte: DVP SiafiWeb – março/2026

### 6.2.1) Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPA e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Abaixo seguem as contas de VPA com as análises horizontal e vertical comparado com o 1º Trimestre/2026.

R\$ Milhões				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
COMPOSIÇÃO	31/03/2026	Ano de 2025	AH (%)	AV (%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7,82	6,77	15,51%	5,57%
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,32	0,02	1500%	0,23%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	112,05	162,13	-30,89%	79,80%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	16,77	10,69	56,88%	11,94%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3,45	2,52	36,90%	2,46%
<b>TOTAL</b>	<b>140,41</b>	<b>182,13</b>	<b>-22,91%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi Web-2026

#### Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

No 1º Trimestre de 2026, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias” totalizou **R\$ 7,82 milhões de reais**, referente à taxa anual para manutenção da inscrição das embarcações nacionais ou estrangeiras que se dediquem à pesca; à taxa de manutenção da inscrição no registro geral da pesca das indústrias pesqueiras que exerçam suas atividades no território nacional; à taxa de concessão de licença para o exercício da pesca a amadores nacionais ou estrangeiros; à manutenção de um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca; à taxa de manutenção de um registro de aquicultores amadores e profissionais; e à taxa de comércio de animais aquáticos.



## **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

Nesse grupo, que apresenta saldo de **R\$ 0,32 milhões de reais**, teve um acréscimo de **1.500%** em comparação ao 4º trimestre de 2025.

As receitas que compõe esse grupo são as taxas de inscrição em concurso público e as provenientes da utilização de áreas de domínio da União por concessão, permissão, autorização ou cessão de uso de bem público, as quais, a critério do poder Executivo, poderão ser cedidas, gratuitamente ou em condições especiais, sob qualquer regime previsto em lei.

## **Transferências e Delegações recebidas**

O total de transferência neste trimestre foi de **R\$ 112,05 milhões de reais**, representando **79,80%** das Variações Patrimoniais Recebidas e teve diminuição referente ao 4º trimestre do exercício anterior de **30,89%** devido às transferências recebidas visando atendimento das despesas dos Termos de Execução Descentralizada – TED.

## **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

Este grupo apresentou acréscimo de **56,88%** em relação ao mesmo período do exercício anterior, bem como um saldo de **R\$ 16,77 milhões de reais** relativo à liberação de recursos financeiro visando atender o Termo de Execução Descentralizada – TED.

## **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

Neste trimestre, este grupo apresentou saldo de **R\$ 3,45 milhões de reais**, que teve um aumento de **36,90%** em relação ao mesmo período do exercício anterior, referente ao recebimento de receita decorrente da restituição ao Tesouro Nacional do saldo de recursos de convênios realizados.

### **6.2.2) Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD**

As variações patrimoniais diminutivas – VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPA, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.



Abaixo seguem as contas de VPD com as análises horizontal e vertical.

R\$ Milhões

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
COMPOSIÇÃO	Ano de 2026	Ano de 2025	AH (%)	AV (%)
Pessoal e Encargos	17,62	11,02	59,89%	2,60%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,14	0,15	-6,67%	0,02%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13,45	7,03	91,32%	1,99%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,08	0,00		0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	97,05	116,88	-16,97%	14,33%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	548,86	72,33	658,83%	81,05%
Tributárias	0,01	0,02	-50%	0%
Custo-Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,01	0,23	-95,65%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>677,22</b>	<b>207,66</b>	<b>226,12%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi Web-2026

## Pessoal e Encargos

No 1º Trimestre/2026, as despesas com remuneração de pessoal e os encargos totalizaram **R\$ 17,62 milhões de reais**. Além disso, houve um acréscimo de 59,89% em comparação ao mesmo período do exercício financeiro anterior, com destaque para as despesas com vencimentos e salários e com gratificações por exercício de cargos e de funções.

## Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram **R\$ 0,14 milhões de reais** e teve redução de 6,67% em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Isso se deve à contabilização das despesas para pagamento de auxílio extraordinário destinado aos pescadores profissionais beneficiados pelo seguro-defeso.

## Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo

Executadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta e totalizou **R\$ 13,45 milhões de reais** e teve um acréscimo de **91,32%** em relação ao mesmo período de 2025.

## Transferências e Delegações Concedidas

O grupo "Transferência e Delegações Concedidas" totalizou **R\$ 97,05 milhões de reais** no 1º Trimestre/2026, o que representa **14,33%** da Variação Patrimonial Diminutiva total. Além disso, o valor apresentado no trimestre diminuiu **16,97%** em relação ao apresentado no exercício de 2025.

Essas transferências são as liberações financeiras para atender pagamentos de Restos a Pagar, Termo de Fomento, auxílio aos pescadores e Termo de Execução Descentralizada – TED.



## Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Esse grupo apresenta saldo no 1º Trimestre/2026 em **R\$ 548,86 milhões de reais**, referente ao registro de comprovação de recursos transferidos por TED que estava registrado em adiantamento de TED no Ativo Circulante.

## Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo apresenta saldo de **R\$ 0,01 milhões de reais**, tendo apresentado decréscimo de **95,65%** em comparação ao mesmo período de 2025. O aumento se deve à restituição de ressarcimento referente à despesa de IPTU e de energia elétrica.

## 6.3) Notas ao Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

### Regime Orçamentário e critério de classificações adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do 1º trimestre de 2026 do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, em relação às receitas realizadas, pois consta na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2026.

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ Milhões
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5,50</b>
Receitas Tributárias	5,48
Receita Patrimonial	0,03
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receitas de Serviços	-
Transferências Correntes	-
Outras Receitas Correntes	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	-
Amortização de Empréstimos	-
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
<b>Total da Receita Realizada</b>	<b>5,50</b>

Fonte: Balancete SIAFI – março/2026



As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

A Despesa fixada – Despesa Corrente – apresenta a dotação atualizada de **R\$ 239,52 milhões de reais**, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de **R\$ 59,72 milhões de reais**, equivalente a **24,93%** da dotação, conforme tabela de Execução da Despesa:

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
Órgão	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b – c)
MPA	270,00	270,00	61,56	25,82	20,43	208,45
<b>TOTAL</b>	<b>270,00</b>	<b>270,00</b>	<b>61,56</b>	<b>25,82</b>	<b>20,43</b>	<b>208,45</b>

Fonte: Balanço Orçamentário-março/2026

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresentou, no 1º Trimestre de 2026, o valor pago de **R\$ 6,57 milhões de reais**, referente a **6,60%** do total de **R\$ 99,46 milhões de reais** dos Restos a Pagar não Processados, ou seja, os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16,48</b>	<b>23,76</b>	<b>5,74</b>	<b>4,84</b>	<b>-</b>	<b>35,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,42	1,43	0,91	0,91	-	0,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16,06	22,32	4,84	3,93	-	34,46
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>46,82</b>	<b>12,59</b>	<b>6,05</b>	<b>1,72</b>	<b>0,20</b>	<b>57,49</b>
Investimentos	46,82	12,59	6,05	1,72	0,20	57,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>63,31</b>	<b>36,35</b>	<b>11,80</b>	<b>6,57</b>	<b>0,20</b>	<b>92,89</b>

FONTE: Balanço Orçamentário – março/2026

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, foram pagos, aproximadamente **R\$ 10,25 milhões de reais**, neste trimestre, do saldo dos Restos a Pagar Processados, ou seja, os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.



R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8,74</b>	<b>10,43</b>	<b>8,85</b>	<b>2,20</b>	<b>8,13</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1,20	6,01	4,87	2,20	0,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7,54	4,42	3,97	-	7,99
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>1,52</b>	<b>1,40</b>	<b>-</b>	<b>0,12</b>
Investimentos	-	1,52	1,40	-	0,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>8,74</b>	<b>11,95</b>	<b>10,25</b>	<b>2,20</b>	<b>8,25</b>

FONTE: Balanço Orçamentário – março/2026

## Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No 1º Trimestre de 2026, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de **R\$ 5,50 milhões de reais**, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de **R\$ 61,56 milhões de reais**, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de **56,06 milhões de reais** neste período.

## Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
58000 – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	58000 – MPA	58101 – MPA

## Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas conforme tabela a seguir:



R\$ Milhões

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MPA				TEDs CONCEDIDAS PELO MPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MPA	7,00	2,00	0,00	0,00	339,24	113,52	220,69	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>339,24</b>	<b>113,52</b>	<b>220,69</b>	<b>0,00</b>

FONTE: TG – março/2026

### Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)

R\$ Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MPA	270,00	-	-	-	-	270,00
<b>TOTAL</b>	<b>270,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>270,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial março/2026

## 6.4) Notas ao Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise do Balanço Financeiro deste trimestre, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi deficitário em **R\$ 2,23 milhões**, detalhado na tabela seguinte:



## Demonstração do Resultado Financeiro.

	R\$ Milhões			
	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%	AV%
<b>(+) Ingressos</b>	<b>180,58</b>	<b>180,45</b>	<b>0,07%</b>	<b>100%</b>
Receitas Orçamentárias	5,50	4,74	16,03%	3,05%
Transferências Financeiras Recebidas	111,98	130,79	-14,38%	62,01%
Recebimentos Extraorçamentários	47,67	31,96	49,16%	26,40%
Saldo do Exercício Anterior	15,43	12,95	19,15%	8,54%
<b>(-) Dispendios</b>	<b>180,58</b>	<b>180,45</b>	<b>0,07%</b>	<b>100%</b>
Despesas Orçamentárias	61,56	37,88	62,51%	34,09%
Transferências Financeiras Concedidas	88,90	96,71	-8,08%	49,23%
Pagamentos Extraorçamentários	16,92	23,95	-29,35%	9,37%
Saldo para o Exercício Seguinte	13,20	21,91	-39,79%	7,31%

Fonte: Siafi Web 2025

Quando comparado com o Resultado Financeiro apurado no mesmo período de 2025, observa-se na tabela acima que teve um decréscimo no Resultado Financeiro de **-39,79%**.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento” deste órgão encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado na DFC.

	R\$ Milhões		
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/03/2025	AH%
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	-2,23	8,96	-125%
Caixa e Equivalentes de Caixa	15,43	12,95	19%
<b>(=) Saldo para o Exercício Seguinte/Resultado Financeiro</b>	<b>13,20</b>	<b>21,91</b>	<b>-40%</b>

Fonte: Siafi Web março/2026

### 6.5) Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA apresentou um decréscimo no 1º Trimestre/2026, impulsionado pelo impacto do Resultado do Exercício no valor de **R\$ 536,81 milhões de reais**.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Composição

R\$ Milhões

DMPL	Ano de 2026	Ano de 2025	AH%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-	
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-	
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	
RESERVA DE LUCROS	-	-	
DEMAIS RESERVAS	-	5,61	
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>-536,81</b>	<b>840,64</b>	<b>-163,86</b>
Resultado do Exercício	-536,81	137,27	-491,06%
Const./Realiz. Da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	0,04	
Resultado de Exercícios Anteriores	-	-	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,53	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-536,81</b>	<b>846,24</b>	<b>-163,43%</b>

Fonte: DMPL / Balanço Patrimonial - março/2026

### 6.5) Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais e atividades de investimento no 1º Trimestre de 2026 geraram um resultado deficitário do período no valor de **R\$ 2,23 milhão de reais**, conforme demonstrado na tabela seguinte:



## Demonstração do Fluxo de Caixa – Composição

R\$ Milhões

Detalhamento	Ano de 2026	Ano de 2025	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	-1,13	11,62	-109,72%
Fluxo das Atividades de Investimento	-1,09	-2,66	-59,02%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>-2,23</b>	<b>8,96</b>	<b>-124,89%</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>	<b>15,43</b>	<b>12,95</b>	<b>19,15%</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>	<b>13,20</b>	<b>21,91</b>	<b>-39,75%</b>

Fonte: Siafi Web março/2026.

R\$ Milhões

Fluxo das Atividades Operacionais	Ano de 2026
Ingressos	123,99
Desembolsos	-125,13
<b>Resultado</b>	<b>-1,13</b>
Fluxo das Atividades de Investimento	Ano de 2025
Ingressos	-
Desembolsos	-1,09
<b>Resultado</b>	<b>-1,09</b>

Fonte: Siafi Web março/2026.



## 7) Referências

### 7.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade – 2013
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar – 2013
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência - 2013
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP – 2017
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial - 2020
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais – 2020
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro – 2024
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário – 2020
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2020
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções – 2024
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis – 2018
- 13) IPC 13 – Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios (em revisão)
- 14) IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS – 2022
- 15) IPC 15 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (em revisão)
- 16) IPC 16 – Benefícios Fiscais – 2020
- 17) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 2ª Edição - 2025
- 18) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2019
- 19) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição – Válido a partir de dez/2023
- 20) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Estendido
- 21) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Federação

### 7.2) Sítios mais utilizados pela Coordenação de Contabilidade/MPA

- 1) [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br) › balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)
- 6) [portal.tcu.gov.br](http://portal.tcu.gov.br)
- 7) [portal.in.gov.br](http://portal.in.gov.br)
- 8) [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)
- 9) [www.crcdf.org.br](http://www.crcdf.org.br)
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>